

Observatório MulherES

Liderança e Participação Política



NOTA
TÉCNICA

67

Maio de 2022

Instituto Jones dos Santos Neves

OBSERVATÓRIO MULHERES: Liderança e Participação Política

Vitória, ES, 2022. 17 p.; il. tab. (Nota Técnica)

1. Política Nacional e Estadual. 2. Política Municipal. 3. Lideranças Capixabas.

I. G Furtado Borestein, Letícia Maria. II. Benevides Torres, Bárbara. III. Anacleto da Silva, Igor. IV. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Gilson Daniel Batista

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Daniel Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Geral

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein

Elaboração da Nota Técnica

Bárbara Benevides Torres

Igor Anacleto da Silva

Elaboração do Painel Liderança e Participação Política

Bárbara Benevides Torres

Igor Anacleto da Silva

João Vitor André

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein

Colaboração

Maraney Lopes Araújo

Zaloar Gomes Pinto

Bibliotecário

Jair Rosário Filho

Sumário

Apresentação.....	5
1. Introdução	5
2. Metodologia	10
3. Painel de Indicadores – Definições e Conceitos	12
3.1. Participação Política Nacional, Estadual e Municipal.....	12
3.2. Lideranças políticas capixabas.....	13
4. Considerações Finais	15
Referências	17

Apresentação

Este módulo do Observatório MulherES tem como proposta apresentar os dados relacionados à participação das mulheres do Espírito Santo na política e nos cargos de gestão no poder executivo estadual. As informações foram coletadas na base de dados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para os cargos eletivos da política nacional, estadual e municipal e, para os cargos de liderança na gestão pública, os dados foram solicitados à Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER). O objetivo é contribuir na análise sobre a participação das mulheres na gestão política e proporcionar clareza na identificação dos pontos críticos que podem dificultar a ocupação de mais mulheres em altos níveis hierárquicos. Ademais, os indicadores podem ser observados por recortes específicos, apresentando uma visão que contempla as diferenças e particularidades entre a população feminina.

O objetivo desta nota técnica é acompanhar os dados divulgados no painel de indicadores do Observatório MulherES do módulo de Liderança e Participação Política, de forma que seja um material de apoio. Para tanto, esta nota está estruturada em três principais seções. Após uma breve introdução serão apresentados os aspectos metodológicos e, em seguida, os aspectos conceituais e as definições dos indicadores selecionados para este módulo.

1. Introdução

A população feminina está submetida a diferentes maneiras de desigualdade na sociedade e, algumas delas, dizem respeito a participação ativa em cargos de liderança e de gestão, notadamente na esfera política. Essa é uma temática discutida mundialmente já que, considerando a média global, somente 25% de mulheres ocupam cargos políticos. Entretanto, no Brasil essa ainda é uma questão alarmante em

comparação a outros países. No ranking mundial da *Inter-Parliamentary Union (IPU)*¹ sobre a porcentagem de mulheres na política, o Brasil ocupa a 142ª posição em uma lista de 192 países, demonstrando como o território nacional ainda precisa avançar para alcançar a equidade no campo político.

Esse cenário de desigualdade é reflexo de uma construção histórica de segregação das mulheres em relação ao espaço público (ocupações fora do ambiente doméstico). Tradicionalmente, são atribuídas às mulheres tarefas que dizem respeito ao espaço privado, domésticos, como os cuidados da casa e maiores responsabilidades com a família. Embora ao longo dos anos a população feminina tenha alcançado direitos e conquistado a participação no mercado de trabalho, ainda é habitual que as mulheres continuem sendo as responsáveis pelas tarefas domiciliares. Isso pode impactar no tempo dedicado à vida profissional, ou sobrecarregar em duplas/triplas jornadas de trabalho (GROSSMAN; NUNES, 2014).

Na esfera política esse contexto não é diferente. O espaço de poder decisório faz parte dessa construção histórica desigual, majoritariamente masculino. Quando aqui referido a espaço de poder, é entendido como a posição de hierarquia e de tomada de decisões, uma vez que a população feminina é maior que a população masculina no Brasil - fator que não reflete na ocupação feminina em cargos de maior hierarquia. A igualdade na participação política e nos cargos de gestão é uma questão que as mulheres têm reivindicado, dentro do próprio sistema político, como uma tentativa de modificar o cenário.

No Brasil, o avanço alcançado pelas mulheres é recente e ainda há muito a ser desenvolvido, mas algumas conquistas são importantes para o entendimento do contexto histórico feminino no país. As mulheres obtiveram o direito ao voto e de serem

¹ A União Interparlamentar é uma Organização Internacional multilateral dos parlamentos dos países. Um dos estudos periódicos realizados é a porcentagem de mulheres nos parlamentos nacionais de cada Estado. O ranking de Novembro de 2021 pode ser encontrado nesse endereço: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=11&year=2021>>. Acesso em Dez. 2021.

votadas somente em 1932 após décadas de luta pelo sufrágio feminino. Ao longo dos anos, o país passou por mudanças governamentais, assim como a legislação referente ao voto feminino. Enquanto isso, o número de mulheres eleitas mantinha-se baixo e existia pouca representatividade (MARQUES, 2019). Os direitos da população feminina só foram consolidados com a Constituição de 1988, na qual estabeleceu-se a igualdade entre homens e mulheres.

Apesar das contribuições da Constituição, a sub-representação feminina nos espaços de poder persistiu, o que demandou ações afirmativas para diminuir a desigualdade e aumentar a proporção de mulheres. Uma delas foi a política de cotas por sexo para candidatura. A lei de cotas no Brasil se iniciou nas eleições de 1996 assegurando 20% para as candidaturas femininas. No entanto, a partir das eleições de 1998 foi estabelecido 30% da reserva de vagas do partido para as mulheres. Além disso, para as eleições de 2020, foi determinado que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Eleitoral deveriam ser destinados para o financiamento de candidaturas femininas, assim como o mesmo percentual seria reservado para o tempo de propaganda eleitoral gratuita (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2019). A política de cotas eleitorais é um estímulo para inclusão das mulheres nos espaços de poder, tendo o aumento gradativo do número de candidatas (e eleitas) nos últimos anos.

O Espírito Santo também teve protagonismo na luta pela representatividade feminina na política. Luiza Grimaldi (ou Grinalda) foi a primeira governadora do Espírito Santo e do Brasil Colônia, estando a frente por quatro anos (1589-1593). A primeira eleitora do país também era capixaba: Emiliana Emery, de Guaçuí, foi a primeira mulher a ter o direito inquestionável ao sufrágio. Emiliana conquistou o direito ao voto em 1929 por uma sentença dada pelo vigente juiz de direito da comarca de Alegre (KRUGER, 2020). Nunca aceitou a ocupação em cargos políticos ou públicos, mas se tornou um marco para a política nacional. Quanto a participação ativa nos cargos eletivos, o Espírito Santo também apresenta nomes e números significativos para a história. Judith Leão Castello Ribeiro foi a primeira Deputada Estadual do ES e por alguns anos foi a única mulher na

Assembleia Legislativa no estado (CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, 2021). Em 1982, Myrthes Bevilacqua Corradi foi a primeira mulher a se candidatar e a primeira mulher eleita a Deputada Federal do território capixaba (LUNZ, 2021). Esses são alguns nomes que contribuíram para abrir o caminho em que mais mulheres do estado conquistaram a representatividade, levando o ES a ser destaque nacional em termos percentuais de mulheres eleitas nas eleições de 2010.

Um outro nome significativo para a história das mulheres na política capixaba é Jacqueline Moraes. Mulher negra, Jacqueline foi a primeira vice-governadora eleita do ES e a primeira mulher a ocupar o posto do Governo do Estado, mesmo que interinamente, no Brasil República. Já nas eleições em 2020, um destaque muito interessante se dá em Vitória com a eleição da candidata à vereadora, Camila Valadão, candidata do partido PSOL, que foi a primeira mulher negra eleita na capital capixaba em mais de 70 anos de Câmara Municipal, e que, foi também a segunda vereadora mais votada no pleito do mesmo ano, tendo sido eleita no mesmo ano também a candidata Karla Coser, do partido PT, na sua primeira candidatura. Num total de apenas 6 mulheres eleitas vereadoras na cidade desde então, a eleição de duas mulheres para a Câmara da capital capixaba em 2020 se mostra um caso emblemático e positivo de exemplo em conquistas eleitorais no ES para as mulheres.

Ainda que as mulheres capixabas estejam conquistando cada vez mais cadeiras nos espaços institucionais de poder, ao realizar comparações em relação ao sexo e à raça/cor é importante destacar como atualmente ainda existem disparidades nos números. Nas eleições de 2014 e 2018 para cargos eletivos nacionais e estaduais, o ES elegeu, respectivamente, 5 e 7 mulheres em contraste com 38 e 37 homens. Já para os cargos da política municipal nos anos de 2016 e 2020, as estatísticas são ainda mais alarmantes, visto que foram eleitas 91 e 103 mulheres enquanto 925 e 911 homens conquistaram a eleição.

Ao realizar o recorte étnico-racial também pode-se perceber que o número de mulheres negras eleitas (consideradas nesse módulo como pretas e pardas) é proporcionalmente inferior à quantidade de mulheres que se declaram brancas. No somatório dos 4 anos de eleições, o ES elegeu 64 mulheres negras e 109 brancas. Com o recorte mais restrito às outras raças/cores, é possível observar que no mesmo período nenhuma mulher indígena foi eleita. Levando em conta que mais da metade da população capixaba é feminina e a mesma é majoritariamente composta por mulheres negras, é importante que haja representatividade nos espaços decisórios.

A desigualdade de gênero e raça/cor também é verificada quando analisados os dados referentes às posições de liderança nos órgãos públicos do estado. Para além dos cargos eletivos, os processos nas instâncias públicas locais do ES, que envolvem o desenvolvimento e decisões de ações que impactam a população, também demandam a presença e representatividade das mulheres. Entre 2018 e 2021 - tendo como base os dados referentes aos órgãos selecionados para a pesquisa - o número de mulheres que ocupam cargos de liderança tem oscilado, mas os valores se mantêm próximos. Em 2018 houve a maior presença feminina em cargos de liderança, contabilizando 1.114 mulheres. Em 2021 esse número diminuiu para 888, o que representa 42% do total de lideranças do mesmo ano. Dentre o total de mulheres que ocuparam os cargos em 2021, somente 28% se declararam negras.

Apontar as estatísticas de representatividade de mulheres é um incentivo necessário para que o cenário seja modificado em prol da equidade. Ainda que somente levar uma mulher a um cargo de decisão não necessariamente signifique resultados positivos para os próprios direitos das mulheres, é essencial reconhecer a importância de ampliar o número da participação feminina para que também aumente a probabilidade de levantar pautas que visam o combate às diferentes desigualdades entre os sexos que vão além do próprio ambiente político.

Portanto, acompanhar os dados que representam a realidade das mulheres capixabas no que tange a representatividade em cargos decisórios é indispensável para analisar as conquistas e perdas ao longo do tempo, além de contribuir com a formulação de políticas públicas que minimizem as desigualdades – seja diretamente ou por meio de outras ações afirmativas. Por isso, o objetivo é que os dados continuem sendo atualizados e incrementados por outras fontes, possibilitando a constância e a amplitude da análise.

2. Metodologia

O painel do módulo de Liderança e Participação Política foi dividido em três seções: Participação Política Nacional e Estadual; Participação Política Municipal; e Lideranças Capixabas. As duas primeiras temáticas são referentes aos cargos eletivos em nível federal e local. A terceira temática remete às funções de gestão pública nos órgãos executivos estaduais, considerando cargos que em algum grau são gerenciais. Cada seção é composta por indicadores que correspondem aos temas e que foram selecionados com o objetivo de representar, em diferentes níveis, a realidade das mulheres em cargos de gestão política.

Em todas as seções é possível observar os indicadores pelas Unidades da Federação e pelos municípios do Espírito Santo. As três temáticas também são subdivididas em duas formas: a primeira apresenta os dados relacionados somente ao sexo feminino, já na segunda forma inclui os dados referentes ao sexo masculino, sendo possível realizar a comparação entre os sexos.

Os indicadores também podem ser observados pelos filtros que representam os recortes realizados por raça/cor, as quais, neste módulo, estão divididas em amarela, branca, indígena, parda, preta e sem informação/não divulgável. O objetivo é permitir uma análise mais evidente das diferenças existentes nos recortes raciais e suas possíveis

disparidades. Os demais recortes como faixa etária, escolaridade e ocupação foram convertidos em indicadores em si, não sendo aplicável por filtros.

As informações referentes aos dados eleitorais (nacionais, estaduais e municipais) foram coletadas em sua íntegra no Repositório de Dados Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Repositório é um banco de informações brutas das eleições que tem como finalidade disseminar os dados de forma detalhada e transparente, sendo uma base para pesquisadores, imprensa e público em geral que deseja analisar as candidaturas e resultados, além da prestação de contas (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). Pelo Repositório é possível identificar, dentre outros elementos, o perfil dos candidatos – as características levantadas para a realização desta pesquisa. Para esse segmento foram utilizadas as informações disponíveis referentes aos anos das quatro últimas eleições: 2014 e 2018 para cargos estaduais e nacionais; e 2016 e 2020 para cargos municipais.

Já em relação aos dados de liderança capixaba, as informações foram provenientes do vigente Núcleo de Estatística de Recursos Humanos - da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER). A SEGER tem como um dos pontos de competência a gestão dos servidores ativos do poder executivo, abarcando a administração pública direta, indireta e autárquica. Com isso, foi possível levantar dados do perfil dos servidores, assim como suas funções e órgãos nos quais exercem a profissão. Para essa seção, os dados coletados correspondem ao mês de Dezembro dos anos de 2018 a 2021, apresentando uma série histórica que permita acompanhar os avanços ou retrocessos da população feminina de acordo com cada ano.

A escolha de tais fontes tem como critério o caráter oficial, a confiabilidade e a contínua divulgação dos dados de forma periódica. Além disso, por abrangerem um maior volume de informações, é possível realizar o levantamento por diferentes recortes que contribuem para uma análise que contemple características específicas. Para melhor

visualização e compreensão, tais particularidades foram tratadas como indicadores. Por esse motivo serão detalhadas e explicadas no ponto 3.

3. Painel de Indicadores – Definições e Conceitos

Os conceitos e definições dos indicadores do módulo de Liderança e Participação Política serão descritos abaixo. Para simplificar a organização e leitura desta Nota Técnica, como as variáveis da seção de Participação Política Nacional e Estadual, e da seção de Participação Política Municipal são as mesmas, decidiu-se incorporar a explicação em um mesmo tópico. A seção de Lideranças Capixabas seguirá com a apresentação dos conceitos de forma isolada.

3.1. Participação Política Nacional, Estadual e Municipal

Total de candidatos

Quantitativo total de candidaturas eleitorais em cargo de âmbito federal, estadual e municipal.

Total de eleitos

Quantitativo total de pessoas que se candidataram a um cargo e que foram eleitas em âmbito federal, estadual e municipal. É possível analisar também o quantitativo de eleitos por partido político.

Total de candidaturas x total de eleitos por cargo pleiteado

Quadro comparativo do quantitativo total de pessoas que se candidataram com o quantitativo total de pessoas que foram eleitas por cargo eletivo, tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal.



Candidaturas a reeleição por cargo

Quantitativo do total de pessoas que se candidataram a reeleição por cargo pleiteado em âmbito federal, estadual e municipal.

Candidatos eleitos por grau de instrução

Candidatos eleitos que declararam possuir determinado nível de instrução no momento de registro da candidatura ao cargo. São considerados: Superior Completo; Superior Incompleto; Ensino Médio Completo; Ensino Médio Incompleto; Ensino Fundamental Completo; Ensino Fundamental Incompleto; Lê e Escreve.

Percentual de candidatos eleitos por estado civil

Quantitativo percentual total de candidatos eleitos que declararam seu estado civil. Conforme os dados do TSE, foram considerados estes estados civis: Casado (a); Solteiro (a); Divorciado (a); Viúvo (a); Separado (a).

Média de idade na posse

Média geral da idade dos candidatos eleitos no momento da posse no cargo. O valor é referente ao quantitativo total de candidatos eleitos, independente do cargo pleiteado ou se buscava reeleição.

Candidatos eleitos por principais ocupações (não parlamentares)

Quantitativo geral das ocupações declaradas dos candidatos eleitos que não possuíam ocupações em cargos parlamentares no momento de sua posse. Algumas delas são: Empresário, Advogado, Policial Militar, Comerciante, Servidor Público, Agricultor, Jornalista, Professor de Ensino Superior... dentre outras.

3.2. Lideranças políticas capixabas

A respeito do que se considera aqui como “Lideranças”, a presente análise buscou agrupar a grande quantidade de nomenclaturas de cargos existentes em categorias que havia possibilidade de considerar equiparação entre estas. Sendo assim, foi realizado o

agrupamento em classes menores, buscando facilitar a elaboração da pesquisa em questão e sua posterior leitura e interpretação de conteúdo.² Reforçando também que para esta seção foram utilizados dados de 2018 a 2021, este último possuindo dados consolidados até a metade do mesmo ano.

Total de lideranças

Quantitativo total de lideranças lotadas em cargos públicos estaduais no ES, independente da função exercida.

Lideranças por tipo de vínculo trabalhista

Quantitativo total de lideranças considerando seus vínculos trabalhistas no setor público do estado do Espírito Santo até o momento de elaboração desta Nota Técnica. São eles: Efetivo; Comissionado; Requisitado; CLT e Mandato Eletivo.

Idade média das lideranças

Média total da idade das lideranças em cargos do setor público estadual do ES, independente da função exercida.

Média mensal do salário bruto das lideranças capixabas

Média mensal geral do salário bruto das lideranças em cargos do setor público estadual do ES. As quantias se referem ao salário bruto dos servidores ativos considerando os valores de rubrica somente com as vantagens, sem a inclusão dos descontos no cálculo.

Lideranças por órgão

Quantitativo total de lideranças em cargos do setor público estadual do ES em cada órgão de administração direta, indireta e/ou autarquias vinculadas ao governo do estado. Há um total de 51 órgãos estaduais, como, por exemplo: SEDU, IEMA, SEFAZ, SEDH, DETRAN, FAPES e outros.

² A tabela contendo a listagem de todas as funções e os respectivos agrupamentos encontra-se em anexo na mesma página de publicação do painel e desta Nota Técnica.

Lideranças por função

Quantitativo total de lideranças em cargos do setor público estadual do ES divididos em um total de 12 classes. Neste indicador é possível observar os agrupamentos realizados, conforme explicado anteriormente. São eles: Agentes Políticos de Direção; Chefia; Comando Militar; Delegado; Gerentes; Governador do Estado; Outros Cargos de Direção; Procurador de Estado; Subprocurador de Estado; Secretário de Estado; Subsecretário de Estado; e Vice Governadoria.

Lideranças por grau de instrução

Grau de instrução das lideranças em cargos do setor público estadual do ES discriminados em números totais absolutos. O grau de instrução é categorizado em: Doutor; Mestre; Pós-Graduado; Superior Completo; Superior Incompleto; Médio Técnico Completo; Segundo Grau Completo; Segundo Grau Incompleto; Primeiro Grau Completo; Primeiro Grau Incompleto; Alfabetizado.

Lideranças que se deslocam entre município de residência e município de lotação

Quantitativo geral de lideranças em cargos do setor público estadual do ES que realizam deslocamento diário (migração pendular) para exercer seu cargo presencialmente no órgão que estão lotados - ou seja, que residem em um município, mas que trabalham em outro.

4. Considerações Finais

A participação política da mulher e sua ocupação em cargos de liderança, seja no poder público ou na iniciativa privada, se configuram como temas caros à população feminina. Ao ocupar posições de poder, as mulheres conseguem, muitas vezes, desenvolver representatividade nesses espaços, assim como possibilitar debates melhor qualificados sobre a competência feminina para ocupar essas posições, sistematicamente questionada.

Evidentemente, o número de mulheres alocadas em altos cargos é expressamente menor que o número de homens, e algumas discussões podem ser levantadas e consideradas como importantes ao analisar essas questões - como a diferença salarial entre homens e mulheres e entre mulheres negras e não negras. Por isso, a geração de indicadores e dados referentes a tais abordagens é importante para a análise da realidade sociocultural local, uma que vez trazem alicerce teórico de suma importância para compreender as nuances presentes na sociedade capixaba a fim de melhor compreensão e tomada de decisões visando reduzir e/ou extinguir as desigualdades de classe e gênero existentes.

Os dados complementares sobre posições de liderança feminina no mercado de trabalho/iniciativa privada são escassos. Isto é, dados sobre mulheres em cargos de gerência, presidência, coordenações, secretarias, dentre outros na iniciativa privada, não são contabilizados ou mensurados de forma sistematizada. Igualmente, os dados relacionados aos servidores do poder judiciário do ES também não são publicados de forma metódica, limitando o escopo da pesquisa e da divulgação das informações no painel.

Em contrapartida, os dados existentes sobre a temática na Gestão Pública do ES provindos da SEGER, possuem certa riqueza de detalhes e condizem a todos os órgãos públicos estaduais no ES. Sendo assim, o enfoque da análise aqui realizada foi voltado ao que concerne aos dados dentro da Gestão Pública do ES, em virtude da falta de dados oficiais que demonstrem a proporção de mulheres em alto nível de gestão fora do setor público, dificultando seu real diagnóstico, sendo esta a principal limitação desta pesquisa.

Referências

CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA. Serrana Judith Leão Castello marcou seu nome na história política do Espírito Santo. 2021. Disponível em: <<http://www.camaraserra.es.gov.br/noticia/ler/3158/serrana-judith-leao-castello-marcou-seu-nome-na-historia-politica-do-espírito-santo>>. Acesso em: jan. 2022.

GROSSMANN, Lurdes Aparecida; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. **A importância da participação política das mulheres a construção de uma nova cidadania**. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11847/1675>>. Acesso em: nov. 2021.

KRUGER, Tanya Mayara. **Por trás das urnas: mulheres, poder e política no Espírito Santo (1982-2018)**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

LUNZ, Leandro Da Silva. **Mulheres na política: Myrthes Bevilácqua Corradi e Luzia Alves Toledo no poder legislativo – 1980 a 2018**. Revista Do Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo, 4(7). Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/33967>>. Acesso em: jan. 2022.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O Voto Feminino no Brasil**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>>. Acesso em: jan. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Repositório de Dados Eleitorais. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/hotsites/pesquisas-eleitorais/index.html>>. Acesso em: jun. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020. Mar. 2019. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>>. Acesso em: dez. 2021.